



PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2016
(Do Sr. Alberto Fraga)

Diminui prazos processuais para processo e julgamento de crime praticado por e contra policial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei diminui prazos processuais para processo e julgamento de crime praticado por e contra policial.

Art. 2º O processo e julgamento de crimes dolosos, praticados por policiais, no exercício da função ou em razão dela, obedecerão, quanto aos prazos processuais, o rito de réu preso, ainda que este se livre solto.

Art. 3º Os processos para promoção da responsabilidade penal de que trata esta lei terão prioridade sobre os demais processos, exceto o *habeas corpus* e o mandado de segurança.

Art. 4º Os procedimentos estabelecidos nesta lei aplicam-se aos processos previstos no Decreto Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1.941 - Código de Processo Penal, no Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar, e demais leis penais especiais.

Parágrafo único - No caso do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1.969 - Código de Processo Penal Militar, os procedimentos aplicar-se-ão aos militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios no caso de crimes cometidos contra civis.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta proposição é reapresentar matéria que foi objeto de projeto de lei em 1999.

Este projeto visa resgatar o respeito do cidadão pela autoridade policial, bem como resgatar o crédito do policial na Justiça, reforçando a sua autoestima, quando vítima de crime no exercício da função ou em razão dela.

A experiência tem comprovado que grande número de policiais criminosos permanecem nas corporações aguardando o término do processo, que muitas vezes se arrastam por anos. Assim, estabelecendo prazos processuais de réu preso, daremos celeridade ao processo e impediremos o sentimento de impunidade que porventura exista nas corporações policiais. Daremos também uma rápida resposta à sociedade com relação à responsabilidade penal dos criminosos travestidos de policiais.

Outrossim, com relação aos crimes cometidos contra policiais, observa-se que têm sido fonte de violência, uma vez que o policial não acredita na Justiça, especialmente quando vítima de crimes menores, como o desacato, que acabam por prescrever, impossibilitando a responsabilização penal e gerando um sentimento de impunidade negativo. Assim, o policial acreditando que será julgado pelo Poder Judiciário, afastará qualquer intenção de exercício arbitrário de suas próprias razões, ou seja "fazer justiça com as próprias mãos".

Urge resgatarmos a autoridade natural do policial, bem como sua autoestima. Outrossim, resgatarmos o crédito no Poder Judiciário, com sua função estabilizadora, promotora da paz social. O policial como o cidadão que é, deve acreditar na eficácia da Justiça; está é a única forma de afastarmos o sentimento de impunidade.

Assim, esta proposta visa suprir parte desta lacuna, razão pela qual conto com o apoio dos colegas parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2016.

ALBERTO FRAGA
Deputado Federal
DEM/DF